



Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para os “Jornalistas Amigos da Criança”, membros da ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Brasília-DF, 16 de julho de 2004

Jornalista: Daqui para a frente, como o senhor pretende dar conta de todas essas questões relacionadas à infância, com esses problemas de orçamento e de gestão?

Presidente: Eu não acredito que o problema seja apenas de dinheiro ou de orçamento. Eu acredito que nós temos no Brasil um acúmulo de dívida para cuidar da criança e do adolescente. E quando você permite que haja um acúmulo é como se você tivesse dificuldade de pagar uma prestação e deixasse atrasar a segunda, a terceira e a quarta. Significa que você vai ter muito mais dificuldade de pagar essa dívida se você deixar acumular.

Todos os números que nós tratamos no Brasil são números muito grandes, ou seja, são sempre milhões e milhões de coisas que nós temos que tratar, porque ao longo de muitos e muitos anos não se cuidou disso com carinho. Veio se deteriorando a estrutura da sociedade brasileira, a estrutura familiar, e isso afetou a criança, afetou o adolescente.

Nós, nesses 18 meses, tomamos todas as medidas que entendíamos que era preciso e possíveis de serem tomadas. Eu convoquei uma reunião de 19 ministérios que têm programas ligados à área da criança e do adolescente, sobretudo por conta de uma preocupação com a juventude para discutir, primeiro, o estabelecimento de um carro-chefe de toda política pública voltada para a criança e o adolescente.



Quem tem 44 programas termina não tendo nenhum, ou seja, é melhor você definir uma política que seja o carro-chefe e, atrás dela, ter outras políticas, do que você ficar tentando em cada ministério cuidar um pedacinho daqui, um pedacinho dali e não tendo, depois, uma combinação que traga um resultado produtivo para a sociedade brasileira.

Eu me lembro que, nessa reunião, eu disse que cuidar da questão da criança e do adolescente, no Brasil, não era apenas uma questão de política, era preciso decretar uma guerra para que a gente pudesse enfrentar esse problema.

Em março do ano passado, quando eu deixei, já no final de 2002, a presidência do Instituto Cidadania, na conversa que eu tive com o companheiro Camargo, que assumiu a presidência, e discutindo qual o novo projeto que o Instituto poderia fazer, nós decidimos que íamos realizar uma pesquisa, possivelmente a mais profunda pesquisa já feita no Brasil sobre a realidade da juventude, a partir da própria juventude. Eu recebi esse documento há um mês.

Esta semana eu recebi um documento similar a esse e, pela primeira vez, a Câmara dos Deputados criou uma comissão e debateu durante o ano inteiro o problema do adolescente no Brasil e me entregou o resultado. Eles vão aprimorar as conclusões para me entregar e para a semana que vem nós temos uma reunião, já comuniquei ontem ao ministro Dulci, em que nós vamos chamar todos os ministros ligados à área social para que a gente, com base nesses documentos, defina uma ação conjunta, sobretudo, determinando qual o carro-chefe da nossa política para a juventude.

Não é uma tarefa fácil porque como é muito grande a dívida que nós temos, o pagamento dela é mais demorado do que se imagina. Quando nós fazemos a política do Bolsa Família, com o compromisso de que toda mãe tem que colocar a criança na escola, ou toda mãe tem que levar a criança para tomar vacina, ou toda mãe tem que alfabetizar o seu adulto que esteja fora da



escola, nós estamos dando um passo importante para que a família comece a assumir a primeira responsabilidade de cuidar da criança e do adolescente.

Eu sou daqueles que não acredita que haja solução para o problema da criança e do adolescente fora do seio da família. Se nós não entendermos que o processo de desagregação da estrutura da sociedade a partir da família é tão grave quanto os problemas econômicos e outros problemas que nós temos no Brasil, nós não teremos uma definição correta para resolver este problema.

Eu vou dar um exemplo que venho citando há tempos. É um problema cultural também, porque é um problema que passa pelos meios de comunicação, sobre que tipo de informação nós vamos dar, que tipo de comunicação nós vamos ter; passa pela sala de aula para saber qual a mensagem que as crianças vão receber, qual a mensagem que os adolescentes vão receber; e passa pelo fato da criança chegar em casa e ter uma família mais ou menos estruturada, para que a gente possa ter certeza de que está recuperando definitivamente a possibilidade dessa criança ter a qualidade de vida que todo mundo precisa ter.

Por que eu digo que não é um problema de dinheiro? Porque eu acho que só haverá uma solução definitiva para o montante da dívida que nós temos com a participação da sociedade e, diga-se de passagem, a sociedade brasileira tem participado de forma ativa, muitas vezes não participa mais porque não tem canais para participar ou muitas vezes porque não é chamada a participar. Com todos os empresários e pessoas com quem conversamos sobre políticas públicas que signifiquem melhorar a vida de uma criança e impedi-la de cair num buraco definitivo, temos tido parceria; com os empresários brasileiros, com as ONG's, com as Igrejas. Portanto, eu diria que, tão importante quanto o dinheiro é a organização da sociedade, que já está acontecendo.

O companheiro Nilmário Miranda foi escolhido para ser o secretário de Direitos Humanos não por acaso, mas por conta da história dele, do



compromisso dele com a questão dos direitos humanos.

Há muito tempo a gente vem discutindo, no Brasil, que é preciso transformar a questão da miséria, da pobreza e da fome numa questão de direitos humanos, porque antes os direitos humanos estavam ligados, num primeiro momento, à questão da violência, à questão do arbítrio. Nós temos que colocar a questão sócioeconômica como uma questão de direitos humanos; e, aí, é muito menos uma lei e muito mais uma consciência que nós precisamos ter na sociedade.

Eu acho que nós temos condições de avançar muito, mas o problema definitivo eu não acredito que a gente resolva em quatro, nem em oito, nem em dez anos. Eu acredito que é um processo em que a gente pode atuar, evitando que novas crianças caiam na situação de muitas crianças de hoje, cuidando dela desde a gravidez até o nascimento, cuidando da qualidade da saúde, da qualidade da merenda e da qualidade da educação dessa criança. Se fizermos isso, nós estaremos, pelo menos, fazendo um muro e evitando que os novos que nasçam caiam na situação dos que já estão pela periferia deste país. E ter uma política ousada.

No programa Segundo Tempo, que está sob a coordenação do ministro Agnelo, nós estamos trabalhando de forma intensa para que a gente faça uma combinação que é a mais sadia possível, educação e esporte, para que a gente possa garantir às crianças o direito de ter uma opção de vida digna, o direito de ter uma profissão digna fora da possibilidade marginal que hoje se tem no Brasil. Nós pretendemos chegar, este ano, a um milhão de crianças participando do programa Segundo Tempo, o que – não sei se vocês já visitaram alguns dos programas Segundo Tempo – é uma situação que dá orgulho a qualquer cidadão. Dá orgulho perceber que é possível um país fazer um programa daquele e envolver a sociedade para que esse programa cresça muito mais, envolver os clubes de futebol, e mesmo os que estão falidos têm disposição de participar, de colocar o seu estádio, o seu campo de futebol à



disposição de programas como esse.

As Forças Armadas têm colaborado, colocando os espaços à disposição de programas como esse. Eu acho que nós estamos andando e nesses próximos dias, com base em todos os estudos feitos pelo Instituto Cidadania, nas 44 políticas públicas que já existem espalhadas nos vários ministérios e pelo estudo que a Câmara nos entregou, nós haveremos de ter competência de definir um carro-chefe para todas as políticas públicas.

Nós vamos ter uma experiência agora, que pode ser uma experiência boa e exemplar para que possamos aumentá-la no próximo ano, que é a questão do primeiro emprego via prestação de serviço militar. Nós estamos fazendo um projeto-piloto com 30 mil adolescentes que serão recrutados agora, no mês de agosto, em que eles estarão não apenas prestando serviço militar, recebendo noções de democracia, de cidadania, mas estarão também aprendendo uma profissão em convênio com o Senai e com o Sesi. Se essa experiência for boa, no ano que vem nós pretendemos ampliá-la para 100 mil jovens e, quem sabe, estejamos encontrando um mecanismo de formar mais adequadamente os nossos jovens.

Eu quero, Nilmário, apenas fazer um reparo para a imprensa registrar, porque nós trabalhamos há alguns anos com a idéia de que toda criança brasileira está na escola. Esse é um dado inegável, é uma conquista, que todas as crianças estejam nas escolas, 98%. O dado triste é que a qualidade de ensino dessas crianças caiu muito. Se a gente não tiver consciência disso, para que a gente dê o passo seguinte, nós orientamos o Ministério da Educação para que, no mês de dezembro, agora, faça um teste da avaliação em todas as escolas públicas do nosso país, para que a gente consiga medir não apenas o grau de aprendizado das crianças da 4ª e da 8ª séries mas, também, a qualidade do educador.

Eu estive aqui, esses dias, com alguns professores de matemática que estão organizando a Olimpíada da Matemática, e pretendemos, no ano que



vem, ter cinco milhões de crianças das escolas públicas participando das Olimpíadas da Matemática. Esse ano, talvez, cheguemos a 300. Tem coisas fantásticas, eu conheci um moleque de 13 anos que vai fazer mestrado em matemática, e conheci um de 18 anos que já tem doutorado e ainda não fez a universidade.

Então, nesse estudo que nós vamos fazer para a avaliação, vamos detectar que, numa mesma cidade, na mesma rede pública, você tem duas escolas. Numa, você tem as crianças com um nível bom de educação e a 500 metros você tem outra onde as crianças não estão aprendendo, ou seja, o que está acontecendo? Nós queremos discutir se o educador pode ser aprimorado para que possa fazer essas crianças aprenderem na escola.

E quando a gente fizer esse diagnóstico, eu não quero ficar aqui procurando se é esse ou se é aquele governo. O diagnóstico é, primeiro, para constatar a realidade. Segundo, para saber o que pode ser feito. Porque se são verdadeiros os dados do MEC, de que você tem 50% das crianças na 4ª série, que não sabem fazer uma das quatro operações, e você tem 49% das crianças que não conseguem interpretar um texto mais simples, significa que é preciso discutir o que essa criança está fazendo na escola. Então, é urgente você discutir isso e encontrar uma solução.

A primeira solução: o teste era feito com 240 mil alunos, ou seja, nós vamos fazer com a totalidade da rede pública no ensino fundamental, para que a gente tenha o mais importante diagnóstico e para tomar a mais importante decisão de fazer com que as crianças aprendam.

Eu te confesso que o problema nunca será o dinheiro, porque na medida em que você detecta que tais políticas têm que ser feitas, você também determina que no orçamento haja uma inversão de investimentos. O governo tem poderes, o Congresso tem poderes de fazer com que, numa determinada área, se gaste menos, numa determinada área se gaste mais. Isso é plenamente possível.



O dado concreto e isso aqui, é a confissão de um presidente da República de que o problema da criança e do adolescente é muito grande no Brasil. E não é o problema só da pobreza, não. Muita gente minimiza, acha que está tudo resolvido, dizendo que o problema é da pobreza. Não é só da pobreza. A pobreza é um ingrediente, é um problema, sobretudo, da nossa estrutura familiar. Eu digo isso e conto sempre a minha vida. Eu fui criado na Vila Carioca, em São Paulo, morando nos fundos de um bar, num quarto e cozinha com 13 pessoas, sem pai. Mas tinha uma mãe que era a minha referência.

Então, por conta daquela referência, ela conseguiu criar todos os filhos, formar todos para serem profissionais, para trabalharem. Hoje, você percebe que as condições humanas pioraram. Dentro de uma favela, dentro de uma periferia bruta, sem emprego, sem nada, as pessoas estão mais no fio da navalha.

Então, o nosso desafio é, eu diria, de quase decretar uma guerra contra o estado de calamidade que envolve milhões de crianças por este país, que nós precisamos resolver. E acho que as medidas que foram tomadas, que nós já aprovamos, são passos importantes, mas não são passos definitivos.

Jornalista: Só tirar uma dúvida rápida, Presidente, porque vocês têm esse poder mudar o orçamento e destinar recursos. Mas como a LDO de 2005 já está definida, então, vai ficar tudo para o último ano de governo? E outra coisa, esse indício da política de juventude, vocês vão se encontrar na próxima semana para traçar um carro-chefe, que deve ser...

Presidente: Veja, nós fizemos um primeiro diagnóstico. Era preciso fazer um levantamento de onde estava sendo gasto o dinheiro com políticas públicas. Tem muito dinheiro gasto com políticas públicas para cuidar do adolescente. Acontece que tem coisas para tudo quanto é lado, ou seja, não há uma



uniformidade. O que nós queremos? É fazer um compilamento de todas essas políticas e, a partir daí, com as propostas que nós recebemos, tentar determinar um carro-chefe. Vamos supor que o carro-chefe seja a questão do programa Primeiro Emprego. Então, nós temos que jogar todo o peso que nós tivermos no programa Primeiro Emprego. Vamos supor que seja melhorar a qualidade de ensino, então, será no ensino; vamos supor que seja o investimento no Bolsa Família, então, nós vamos fazer isso.

O que não dá é permitir que cada ministro determine a sua política, a sua ação, e depois você distribui os recursos públicos por 10, 12, 14, 15, 16 ministérios, sem que você condense isso numa política prioritária para crianças e adolescentes.

Jornalista: Está havendo, no Congresso, a discussão da revisão do Estatuto. O deputado Vicente Cascione, que é o relator do projeto que revisa o Estatuto, está prevendo aumento de pena do jovem infrator para até 27 anos. E a constante e eterna discussão da redução da maioria penal, para tentar coibir a entrada do jovem no crime. E cada vez mais se vê que o jovem entra cada vez mais cedo no crime.

Eu queria entender um pouco a opinião do senhor sobre essa revisão do Estatuto, o que o senhor pensa sobre a questão da maioria penal, da redução e da extensão da pena para o jovem e dessa questão da entrada do jovem cada vez mais cedo no crime. Como é que se resolve isso, Presidente?

Presidente: Olha, o Brasil é um país *sui generis*, nós fazemos uma Constituição, não a cumprimos e já fazemos uma outra, não a cumprimos e fazemos outra. Ou seja, nós fizemos uma Constituição, em 46, depois ela teve várias emendas, durante o regime militar. Depois, fizemos a Constituição de 88, sem cumprir a de 1946, porque tudo que é para a área social fica para ser regulamentado a *posteriori* e, dificilmente, é regulamentado. A Constituição de



88 está feita, tem muita coisa que não foi regulamentada, e já tem gente falando em mudar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma obra-prima de peça jurídica, pensando em cuidar da criança, precisa ser cumprido e não mudado. Eu não acredito que você, aumentando a pena para o adolescente, vai diminuir a criminalidade. Eu não acredito. Se fosse assim, figuras que eu não vou citar nome aqui, para não fazer apologia de bandidos, que estão condenados a 340 anos de cadeia, porque cometeram 69 crimes e não cometeriam mais nenhum, mas essas pessoas continuam cometendo crime dentro da cadeia. Então, não é a questão de aumentar a penalidade.

Eu acho que nós temos que ter consciência do seguinte: esse é um desafio para o Nilmário Miranda, este é um desafio para o Ministro da Justiça, é um desafio para os governos estaduais, para os governos municipais, para o Presidente da República. Se você gasta de 2 mil a 3 mil reais para cuidar de uma criança na Febem, num estado brasileiro, separado da família, fica muito mais barato você dar 300 reais para a família e co-participar, para a família cuidar do seu próprio filho. Esta é uma coisa de que nós temos que ter consciência: o primeiro elo a cuidar do filho é a própria família.

No Brasil, nós temos o hábito de querer que o Estado assuma a responsabilidade de fazer isso, e eu acho que o Estado, ele pode ser indutor de muitas das políticas, mas fora da família você não recupera o adolescente. Você achar que trancafiando o adolescente numa sala, que condenando à pena de morte, você vai cuidar dele, você está perdido.

O que eu acho concretamente é que, ao detectar que um jovem está caindo na criminalidade, caindo na marginalidade, fica muito mais barato você colocar uma assistente social, chamar a família, chamar esse jovem e, a partir daí, estabelecer um elo de recuperação da família junto com o jovem. Na minha opinião, vai ficar muito mais barato para os estados e os municípios que gastam dinheiro com este problema.



Eu participei de um movimento há um tempo atrás, onde nenhuma cidade queria receber um prédio da Febem. Todo mundo quer que o Estado cuide das crianças, peguem a criança, prenda a criança, recupere a criança, mas ninguém quer um prédio da Febem. É que nem feira livre, todo mundo gosta mas não quer na porta da sua casa; ou peixaria, todo mundo gosta mas bem distante da sua casa.

Pois bem. O que deve ser feito Nilmário, concretamente? É cada cidade assumir a responsabilidade pelos seus. Se uma cidade é pequena e tem apenas um delinqüente, que cuide só daquele delinqüente. Nós temos uma experiência muito rica em São Carlos, numa parceria entre o Ministério Público, Justiça, governo do estado e a prefeitura. Lá, quando um adolescente é pego na rua, por qualquer razão, cometendo um delito, a hora em que ele chega no instituto onde vai ficar, chega junto a mãe, chega junto o juiz, chega junto o promotor, o assistente social. Então, monta-se uma rede para recuperar esse jovem. Se ele está com dois, está com três, imaginem na hora em que você coloca 2 mil juntos... Ora, se dez moleques juntos, já fazem muita coisa numa rua qualquer, o que não vão fazer se estiverem trancafiados, com um cara que toma conta, que tem medo deles e é bruto para mantê-los quietos?

Então, eu acho que tem coisa que nós vamos fazer e vamos resolver. Nós vamos começar a fazer coisas que, quem sabe daqui a 5 anos, 6 anos, 7 anos, esteja aprimorado. Mas eu estou convencido que não é o tempo de cadeia que vai resolver o problema dos nossos jovens e das nossas crianças no país, até porque quando o jovem perde a cabeça e faz uma coisa de tamanha magnitude que se transforma em crime hediondo, precisa passar por um tratamento psicológico, um tratamento médico, e não aumentar o tempo de pena dele.

Porta-voz: Ângela Santos da TV Cultura.



Jornalista: Presidente, é sobre o trabalho infantil. O PET prevê, hoje, o repasse de recursos para tirar as crianças do trabalho infantil que vem se ampliando, como falou o ministro Nilmário. No seu governo foi criado um grupo de trabalho no âmbito do Conet, o Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, que desenvolveu um plano de erradicação do trabalho infantil prevendo ações articuladas nos vários ministérios.

Nós soubemos, através de entidades da sociedade civil que participaram da elaboração desse plano, que ele está pronto desde outubro do ano passado. O contexto do PET teve essa ampliação ligeira este ano, porém, ele ainda está longe, em termos da distribuição de bolsas, de chegar a uma meta estabelecida pelo governo passado, de mais de 1 milhão de bolsas.

Por outro lado, Presidente, a jornada ampliada, em que a criança fica no contra-turno da escola, não tem, ainda, de acordo com o Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, um projeto pedagógico. Então, o que eu queria saber, Presidente, é porque este plano nacional de erradicação do trabalho infantil, que já está pronto, não foi lançado até agora? Se existem dificuldades para o lançamento dele ainda este ano, dificuldades, enfim, até de âmbito financeiro, e se a atuação, se a política pública de erradicação do trabalho infantil vai se situar no repasse da verba, ou se na sua opinião seria necessário uma ação dirigida para tratar as seqüelas do trabalho infantil, porque ela envolve não apenas seqüelas físicas, mas seqüelas psicológicas e emocionais que comprometem, inclusive, a aquisição do conhecimento por parte das crianças que entraram no trabalho.

Então, eu queria saber qual a sua opinião sobre isso?

Presidente: Primeiro, se tem um programa que está pronto e não chegou a mim, é porque não está pronto, porque se estiver pronto na Coordenação da Casa Civil, você pode ficar certa que é imediata a transferência da Casa Civil para o Presidente da República decidir. Deve ter problema em algumas das



áreas que participou do grupo interministerial.

A segunda coisa que eu acho extremamente importante é que, definitivamente, as crianças não podem trabalhar. Quando nós discutimos o envolvimento do programa Fome Zero, do Bolsa Escola num único programa, para que a gente pudesse aumentar a renda da família – nós saímos de uma média de 20 e poucos reais para uma média de 75 reais ao mês, ou seja, triplicamos os recursos – o que nós queríamos? Queríamos garantir que a família assumisse a responsabilidade de não permitir que o seu filho com menos de 14 anos trabalhasse, mas estudasse.

Foi para isso que nós juntamos tudo: o Vale Gás, o Bolsa Escola, num programa que deu o triplo de recursos que a família recebia. Antes, uma mulher que tivesse apenas um filho recebia apenas 15 reais. Hoje, ela já começa a receber 50, por conta do programa Fome Zero, e depois vai receber o restante, por conta da quantidade de filhos que ela tenha.

Então, nós aumentamos para garantir que a criança não seja obrigada a trabalhar. E nós esperamos cumprir com uma máxima que não é do Presidente, não precisa ser nem da lei, eu acho que é do bom senso de todos nós que colocamos um filho no mundo: não permitir que ele trabalhe, prejudicando o seu estudo e o seu aperfeiçoamento enquanto criança e, sobretudo, perdendo o tempo de criança.

Nós temos sido duros no combate ao trabalho infantil. O ministro Nilmário deu um número aqui de que houve uma expansão de 14%. Pulamos de 931 mil crianças, ou seja, vamos ter 116 mil e 800 crianças a mais. Vamos ter um gasto mensal aproximado de 43 milhões de reais e vamos continuar trabalhando para combater o trabalho infantil. Foi feita a pergunta, está aqui o Nilmário que vai atrás agora, para saber onde é que está esse projeto que uma organização disse para você.

Jornalista: (inaudível)



_____ : Presidente, ele está no Ministério do Planejamento, na verdade ele está propondo uma série de ações. Ao Ministério do Planejamento compete ver se tem adequação orçamentária, se conflita com outros programas, se duplica com outros. Ele tem esse papel e está fazendo esse trabalho. Agora, nós não podíamos esperar, como disse o Presidente, que tudo ficasse pronto. Por isso, o Patrus Ananias anunciou a expansão do programa. Quer dizer, se só mantivesse, já era uma coisa importante. E anunciou a expansão.

Agora, eu quero destacar também, Presidente, que a retomada dos empregos, o anúncio de que até o fim de junho tem um milhão de empregos, isso tem incidência no trabalho infantil, sobretudo no urbano, porque quando o desemprego é grande e aumenta, as famílias colocam seus filhos na informalidade para trabalhar, então, isso vai ter um reflexo. O Bolsa Família, como o Presidente disse, contribui também porque como ele está entrando em toda a situação metropolitana, nas grandes cidades também, ele reforça as famílias e ajuda a conter a ampliação do trabalho infantil.

Jornalista: Desculpe, Presidente, mas, eu fiz a pergunta porque esse plano, segundo as organizações não-governamentais, articula ações de vários ministérios. E a minha pergunta é justamente nessa linha, hoje, a dificuldade (...) eu, conversando com alguns sindicatos no interior, por exemplo da Bahia, onde o Pet já está bastante articulado desde o seu princípio. A minha pergunta é: vocês têm um psicólogo aí, vocês têm um acompanhamento das crianças que sofreram com as seqüelas, que tem dificuldade na escola, de aprendizado, enfim? Não, eles não têm, e eles reclamam justamente isso, que não há esse acompanhamento da criança. Então, o que a gente percebe é que as seqüelas do trabalho infantil ainda estão longe de serem percebidas dentro da ação de erradicação, em termos de se ter uma ação prática efetiva, de se ter um profissional acompanhando essas crianças nos diversos locais onde já, com



sucesso, o PET está implantado.

Então, de quem é a responsabilidade de acompanhar essas seqüelas, que ainda são lacunas bastante grandes que precisam ser consideradas?

Presidente: Eu acho que nós não temos que procurar responsáveis. Eu acho que onde a prefeitura puder fazer, ela acompanha, onde o estado puder fazer, ele acompanha. Se nenhum puder fazer, o governo federal tenta acompanhar. Mas eu estou convencido de que se a gente não envolver a família, não tem acompanhamento do Estado que resolva esse problema.

Quando eu disse que era preciso recuperar as crianças envolvendo a família, é porque não tem outro jeito. Se você não der ao pai e à mãe de uma criança a responsabilidade e a assistência necessária para que eles aprendam e saibam cuidar corretamente dos seus filhos.

Eu comecei a trabalhar com onze anos de idade e trabalhava porque precisava, não trabalhava por prazer, não. Eu não acredito que alguém trabalhe por prazer antes de completar 14 anos de idade. Primeiro, porque era um tempo diferente do que é hoje. Era um tempo em que a vida não era pesada como é hoje, não era violenta como é hoje. Eu tinha, como disse, uma estrutura, eu tinha uma mãe que estava sempre com as asas abertas para não permitir que a gente cometesse nenhum erro. Hoje, eu sei que isso é muito mais difícil. Mas, de qualquer forma, eu acho que sem a família tudo fica mais difícil.

E nós precisamos ter um grande programa de envolvimento da família na recuperação dessas crianças, no cuidado dessas crianças, no acompanhamento da educação dessas crianças, porque você tem cidades brasileiras em que, muitas vezes, a mãe está num ponto de prostituição vendendo a criança, oferecendo a criança. Não adianta você querer cuidar dessa criança se não cuidar da mãe ou do pai. Então, eu acho que este é um desafio que nós temos que começar a assumir e a colocar em prática. E não



tem política mágica para isso.

Porta-Voz: Airtton Medeiros, da Radiobrás.

Jornalista: Presidente, a minha pergunta é referente à educação no interior do país, no meio rural. Me permita reprisar alguns dados que considero importantes. O censo escolar de 2002 revela que a rede de ensino na área rural tem 107 mil, 432 estabelecimentos que representam 50% das escolas do país, essa metade tem somente uma sala de aula e oferece apenas o ensino de 1ª à 4ª série. Dos 8 milhões e 200 mil estudantes presentes nesses estabelecimentos, 60% estão cursando essa etapa do ensino de 1ª a 4ª séries. Sabemos também que a formação do nosso corpo docente é bastante precária. Dos quase 355 mil professores que ministram aulas de educação básica no meio rural, 8,3% deles têm apenas o ensino fundamental completo; 82,9% têm somente o ensino médio e, desses professores, apenas 8,8% têm formação superior.

Dados recentemente divulgados pelo Unicef nos mostram que 4% das crianças na área rural não freqüentam a escola, aliás, da área urbana não freqüentam a escola. Já na área rural, esse número sobe para 10,6%, 14,6% dos nossos adolescentes da área urbana que não freqüentam a escola. Na área rural esse número quase dobra, 22,8%. A área urbana nos apresenta 8,8% de crianças analfabetas, enquanto a área rural nos dá quase 3 vezes mais, 24,6%. E, por fim, a área urbana nos mostra que nós temos 2,7% de adolescente analfabetos, enquanto a área rural nos dá 10,1% de adolescentes analfabetos. Esses dados, Presidente, nos mostram muito bem a precariedade no ensino rural.

Eu lhe pergunto o seguinte: que instrumentos, que estratégias o governo pretende utilizar a partir de agora para agilizar, reverter esses números da área rural, que são bastante preocupantes?



Presidente: Eu acredito que houve um avanço muito grande nos últimos anos, ou seja, hoje dificilmente você tem uma cidade de porte médio, uma cidade acima de 20 mil habitantes que não tenha um transporte escolar para levar a criança até a escola. Eu acho que é um passo importante que foi dado, não é uma coisa apenas do nosso governo, é uma coisa que já vem andando e nós só temos que aprimorar, inclusive, aumentando o financiamento para o transporte escolar.

Eu tenho discutido com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, tenho discutido com a Contag, tenho discutido com os Sem-Terra, tenho discutido com outras organizações como é que nós vamos garantir, por exemplo, para que a educação chegue nos assentamentos, nos acampamentos, mas, sobretudo, nos assentamentos.

Nós estamos elaborando um pacote que estou chamando de “pacote de cidadania”, em que você chegue, ao mesmo tempo, numa comunidade indígena, chegue num quilombo, chegue num assentamento, com um pacote que cuide da saúde, que cuide da educação, que cuide de eletrificação rural naquele lugar. Porque aí você vai dar a totalidade das coisas mínimas que as pessoas precisam para viver com cidadania.

A escola, no meio rural, nós já tivemos vários modelos. Eu me lembro que, no Espírito Santo, nós tínhamos um modelo que era exemplo, era um tipo de escola onde a criança ficava durante uma semana, de segunda a domingo, na outra semana a criança voltava para casa para conviver com a família. Esse era um modelo que foi implantado no Espírito Santo e que teve um sucesso razoável. Não sei se os governantes que vieram depois do Vitor Buais deram continuidade a esse programa de governo. Nós detectamos na Fazenda e Itamaraty que, você ao fazer o assentamento tal como sempre foi feito no Brasil, você coloca as crianças, às vezes, a 2 horas de distância de uma escola, quando nós estamos tentando mudar o sistema de assentamento no



Brasil, criando uma comunidade onde você tenha a sala de aula, para que você tenha naquela comunidade o posto médico, a área de lazer. Que o trabalhador saia para trabalhar de manhã como sai um trabalhador na indústria automobilística ou qualquer outra atividade, andando 40 minutos, uma hora de ônibus ou de algum meio de transporte. O que você não pode é sacrificar a criança.

Eu participei da abertura do Congresso da Fetraf Sul, esses dias aqui em Brasília, e esse é um desafio que nós estamos discutindo com os vários sindicatos da área rural, de como garantir que o nosso adolescente fique no campo. Qual a política de incentivo para esse adolescente ter prazer de ficar no campo, porque a tendência dele é ir para a cidade.

Se nós não levamos essas possibilidades para uma criança de, ao terminar o ensino fundamental, poder continuar pelo menos próximo da sua casa, dar o passo seguinte na educação, você não vai segurar esta pessoa no campo. Então, o desafio é primeiro qualificar os educadores, você não pode ter no campo, hoje, sobretudo em áreas pobres do Norte e Nordeste do país, pessoas que não tenham nenhuma condição de ser educador, é preciso prepará-los.

O Ministério da Educação tem um sistema de educação à distância para que a gente possa preparar esse monitores, para que eles se tornem mais produtivos. E nós precisamos fazer com que as escolas sejam de melhor qualidade.

Eu penso que nessa pesquisa que vamos fazer agora, nesse teste que vamos fazer no final do ano, para medir todas as escolas públicas brasileiras, eu acho que nós vamos detectar o tipo de ação que os governos municipais e estaduais têm que ter para cuidar do ensino público fundamental. Até porque, na verdade, a educação fundamental é da responsabilidade do estado e, em alguns casos, é da responsabilidade dos municípios. Ao governo federal cabe o ensino técnico e o ensino universitário.



Agora, o governo federal pode ser o indutor, com repasse de verba para que os municípios possam aperfeiçoar a formação dessas crianças. Esse eu acho que é o grande papel do Estado brasileiro, do governo central, é ser o indutor do município, fazer a política que somente ele pode fazer. Não é o Estado que vai fazer, não é o MEC que vai fazer, mas, sim, o município, em função da responsabilidade que ele tem com o ensino fundamental na sua cidade. E essa questão do campo, ou nós resolvemos isso ou elas virão para a cidade.

Eu não sei se os números que você citou estão corretos, porque há uma disparidade entre o número de alunos e o número de pessoas que moram no campo. O que nós temos hoje? Nós temos aí entre 22 e 23% da população morando no campo e o restante já está morando na cidade, portanto, eu senti que o número é um pouco grande, mas de qualquer forma, no Brasil, o número de 10 milhões para mais ou para menos a gente fala e todo mundo repete.

Jornalista: Eles são do censo Presidente, do censo escolar 2002, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, e os dados referentes aos percentuais de crianças que não freqüentam escolas, da área rural e da área urbana, são do UNICEF.

Presidente: De qualquer forma, como não temos outros, nós vamos nesse mesmo.

Porta-voz: Rodrigo Rangel, O Globo.

Jornalista: Presidente, a educação sempre foi uma bandeira do PT. No ano passado avançou-se, até bastante, no combate ao analfabetismo, mas ainda falta muito, os exemplos estão aí. Os alunos têm passado de ano sabendo pouco, os próprios resultados do Saeb demonstram isso, tem secretários de



estado da educação ameaçando fechar escolas no ano que vem por falta de dinheiro, eles estiveram, inclusive, há poucos dias no Ministério da Educação dizendo isso.

Tem uma discussão no governo destinada a criar a Fundeb, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica; juntar e o Fundeb para também abranger o ensino médio, mas para isso precisa de dinheiro e o projeto até aqui, pelas informações que a gente tem, está esbarrando na equipe econômica, como têm esbarrado outros investimentos na área social também, não é Presidente?

Presidente: Só para corrigir. Não esbarra na equipe econômica, fica muito simplista alguém dizer que é o Palocci que não quer que se faça alguma coisa. O orçamento é discutido primeiro individualmente, com cada ministério, depois é discutido com todos os ministérios juntos e, depois, nós mandamos para o Congresso Nacional.

Jornalista: Mas no mínimo o problema é dinheiro não é Presidente?

Presidente: Eu acho que o Ministério da Fazenda faz o papel que a mãe de vocês fazia quando vocês eram mais jovens e pediam dinheiro para ela. Por mais que o filho diga que precisa, a mãe só pode dar aquilo que ela tem e, às vezes, endurece a parada.

Jornalista: A minha pergunta é exatamente nesta linha. Quando vamos ter, de fato, e por definitivo uma educação de qualidade no Brasil? Até quando essa, que é uma área tão importante, tão prioritária, o senhor mesmo diz isso, vai ser tratada de forma coordenada, com uma grande ofensiva que de fato resolva o problema? Não seria o caso de abrir um flanco aí no aperto fiscal para solucionar esse que é um problema que está relacionado com o futuro do país,



Presidente?

Presidente: Eu não sei se a qualidade de ensino está ligada apenas à questão dos recursos, porque você tem universidade, em que você tem a sala de aula, você tem o professor, você tem o computador, você tem o aluno e ainda assim ele não aprende. Não sei se é a questão do dinheiro apenas ou a questão de você melhorar o currículo e melhorar a formação daqueles que estão dando a aula.

A segunda coisa é que nós alfabetizamos muita gente. O ministro Tarso Genro me comunicou esses dias que foram alfabetizados 3 milhões e 600 mil pessoas.

E olhe que nós tomamos o cuidado para que não fizéssemos aquela alfabetização relâmpago, ou seja, nós tomamos o cuidado de fazer o curso com maior duração, para que ele pudesse atender com melhor qualidade para o aluno.

Segundo, nós mandamos para o Congresso Nacional o Projeto de Lei da Universidade para Todos, ou seja, tentando ver se abrimos um recorde de 100 mil novas vagas para alunos, de preferência pobres. Estamos discutindo a questão de quotas. Precisamos fazer com que as universidades abram todas as vagas disponíveis, que não é uma coisa simples. Nós vimos casos, nas universidades federais, no ano passado, em que o corpo docente não aceitava que você preenchesse as vagas vazias, ou seja, porque entendia que não podia colocar mais alunos na sala de aula.

Tivemos um exemplo importante no Paraná, em que um pai juntou vários outros pais no movimento sindical e conseguiu fazer a universidade abrir a vaga para os alunos. Nós precisamos ocupar cada centímetro quadrado para colocar um aluno no curso noturno, para que a gente possa colocar o maior número possível de alunos na escola. Estamos trabalhando agora a perspectiva de renovar, de mudar o crédito educativo, de pensar um jeito desse



país ter crédito educativo. Não é uma coisa fácil, não é apenas pela questão do dinheiro, é pela garantia do dinheiro. Hoje, nós temos 83% de inadimplência, ou seja, ninguém consegue financiar nada com 83% de inadimplência. Se fossem 20, você conseguiria, mas 83 é impossível.

Nós estamos com um grupo de companheiros, a meu pedido pessoal, de fazer um estudo para ver que tipo de crédito educativo a gente pode fazer, já que nós financiamos tanta coisa no Brasil. Financiamos grandes empresas, através do BNDES; financiamos Moderfrota; financiamos Modemáquinas; financiamos Modercargas, ou seja, com 3, 4 ou 5 anos de carência, porque a gente não pode estabelecer uma política de crédito educativo que dê 4 anos de carência e depois esse jovem comece a pagar.

Agora, nós temos que fazer com que haja seriedade no compromisso de pagar, porque senão o sistema não se mantém, não se sustenta. Aí vai ter que ser um compromisso muito bem feito. Isso é um estudo preliminar. Nós queremos ver a possibilidade de dar uma chance às crianças pobres que hoje não conseguem, mesmo passando no vestibular, começar a estudar, porque não tem 700 reais, 800 reais para pagar um curso na universidade e não conseguiram estar na USP ou numa universidade pública.

Eu penso que o Cristovam começou fazendo e acho que o Tarso Genro está pensando grande a questão da educação no país. Agora, entre você pensar, fazer um projeto de lei, mandá-lo para o Congresso, ele ser aprovado e começar a funcionar, às vezes leva algum tempo. Estamos num regime democrático agora, ou seja, o Presidente da República não pode fazer decretos leis, é preciso mandar projeto de lei. Mesmo as medidas provisórias, você precisa tomar muito cuidado, porque as medidas provisórias, hoje, elas trancam a pauta do Congresso Nacional. Antes não trancavam. Antes, um presidente mandava uma medida provisória e a reeditava 80 vezes, mudando palavras. Hoje não, hoje mandou, se em 45 dias ela não for votada, tranca a pauta. E aí tudo o mais fica parado. Então, não dá para não levar em conta o



tempo que você tem de maturação de um processo dessa envergadura.

Eu vou dizer mais uma coisa. A questão do analfabetismo, eu disse ao Cristovam, no começo, quando ele tomou posse, e disse ao Tarso Genro. O Estado brasileiro não tem que assumir a responsabilidade, sobretudo, o governo federal, de resolver o problema do analfabetismo. O que ele precisa é ter o compromisso de fazer com que estados, municípios e a sociedade façam isso. Por exemplo, nós conseguimos fazer um convênio extraordinário com o SESI, nós conseguimos fazer um convênio com o Instituto Ayrton Senna, em que a Viviane Senna assumiu a responsabilidade de juntar 100 empresários e alfabetizar praticamente 600 mil crianças no estado de Pernambuco, que já estavam na 5ª série, e que não aprendiam a ler, que não estavam aprendendo as coisas. A iniciativa privada assumiu a responsabilidade. Eu acho que, se nós levarmos em conta o envolvimento da sociedade brasileira, nós teremos tudo mais fácil de ser feito no Brasil. Se a gente esperar que apenas a máquina pública dê conta de solucionar os problemas, tudo será mais difícil e mais complicado.

Jornalista: Presidente, só um minuto, o Fundeb sai até o final do governo?

Presidente: Sai. Não é um compromisso de campanha, não. O Fundeb é a construção de uma nova etapa na educação brasileira, sonhada por todos os educadores brasileiros ao longo de muitos e muitos anos. Agora, é uma coisa de muita responsabilidade, que vai aumentar substancialmente os custos da educação, e eu acho que é preciso colocar mais dinheiro para a educação, sim, no Brasil. E não sou só eu quem acha isso, não, o Palocci acha, o José Dirceu acha, todo mundo acha que é preciso colocar mais dinheiro para a educação.

E eu acho que, na medida em que a economia dá sinais de recuperação, na medida em que pode haver mais capacidade de arrecadação, nós vamos ter mais dinheiro para a educação. Ontem, eu fiz questão de dizer que não existe,



da parte do governo, nenhuma discussão para desvincular verbas que hoje são vinculadas à Saúde, à Educação e à Ciência e Tecnologia.

Eu não sei de onde partiu as materiazinhas pequenas que, de vez em quando, começam pequenas até ficarem grandes. Ontem, eu tratei de mandar o André Singer dizer que não existe e não existirá no governo discussão para desvinculação. Aliás, se nós tivermos que discutir, para algumas áreas tem que ter vinculação, para a gente ter o compromisso de gastar esse dinheiro.

Porta-Voz: Antes de passar a palavra à Eliane Brum, da Revista Época, eu queria pedir para a gente acelerar um pouco, devido aos compromissos que o Presidente tem, logo em seguida.

Presidente: Eu vou ter um problema, eu recebi um comunicado, agora, de que o Chirac vai ligar aqui.

Jornalista: O senhor pode atender aqui, não tem problema, de viva voz é ótimo.

Porta-Voz: Eliane Brum, da Revista Época.

Jornalista: Presidente, o seu governo tem como meta, até 2006, não ter nenhuma criança sem certidão de nascimento. Esse é um tema que o senhor conhece bem, porque o senhor tem duas datas de nascimento porque demorou ser registrado. Então, hoje são mais ou menos 1 milhão de crianças que não são registradas por ano. Em países que solucionaram esta questão, eles passaram os registros para as maternidades, que repassaram para as prefeituras, ou seja, tiravam as atribuições dos cartórios. Esse governo pretende fazer isso ou como vai resolver essa questão?



Presidente: Olha, como fazer, eu ainda não tenho uma definição. Mas eu fiquei estarecido com o número de que 1 milhão de crianças por ano não são registradas no Brasil. Eu nasci em 1945. Minha mãe disse que eu nasci no dia 27 de outubro. Meu pai me registrou no dia 6 de outubro, ou seja, deve ter me registrado quatro ou cinco meses depois que nasci. Mas, naquele tempo, não era registro, era um batistério, era uma certidão de batismo que você tinha na Igreja. Eu, na verdade, só vim a ser registrado mesmo em Santos, sete anos depois. Isso não quer dizer que eu seja sete anos mais velho, fui registrado com a data correta.

Eu fiquei estarecido quando o Nilmário fez a apresentação e me disse isso. É preciso estabelecer uma ação de guerra, uma criança não pode sair de uma maternidade sem o registro. Se é o cartório que vai para dentro da maternidade, alguma coisa nós temos que fazer, não pode ficar assim, então, nós estamos trabalhando.

É importante lembrar, Nilmário, que fui procurado pelos donos dos cartórios querendo assumir conosco o compromisso de se colocarem à disposição para a campanha do governo de registrar todo mundo. Eu penso até que é importante você marcar uma reunião, eles têm uma entidade nacional, aqui em Brasília, porque não é possível que uma criança, no século XXI, saia de uma maternidade, mesmo quem nasce em casa, e não ter alguém para garantir o registro dessa criança. É uma coisa que a gente vai ter que fazer, é um compromisso possível de ser cumprido.

Eu me lembro, quando a gente fez a experiência do programa Fome Zero, em que o companheiro Graziano, numa parceria com a Polícia Federal e com alguns cartórios, foi para uma cidade no Nordeste tirar documento, da quantidade de pessoas que aparecem para tirar documentos! Para quem tem documentos isso não tem nenhuma importância, às vezes, mas para quem não tem, quando ele tem acesso a uma identidade ou uma carteira profissional, aquilo para ele é uma conquista extraordinária. Então, esse é um compromisso



que nós vamos ter que cumprir, esse é um compromisso que não precisa de dinheiro. Nós não podemos ficar chorando dinheiro, não, porque isto precisa de uma ação que envolva os meios de comunicação, de uma ação que envolva as Igrejas, que envolva os sindicatos, que envolva os prefeitos, que envolva a estrutura da sociedade para que a gente resolva. É plenamente possível cumprir isso.

Porta-Voz: Chico Pinheiro, TV Globo.

Jornalista: Bom dia, Presidente.

Presidente: Bom dia Chico.

Jornalista: Eu gostei de ver o senhor falar aí do Instituto Ayrton Senna e da Viviane Senna, porque eu tenho acompanhado o trabalho que o Instituto tem feito não só em Pernambuco, mas também em Goiás. E esse processo de aceleração, de recuperação de quem está patinando na escola e não consegue aprender apesar de ficar anos na escola, tem tido resultados muito interessantes.

Uma das coisas que eu queria saber é porque essa coisa não vira logo uma proposta de governo no Brasil inteiro? Mas não é bem esta a pergunta não, a pergunta é outra. O Brasil conseguiu colocar 100% ou quase isso, das crianças de 7 a 14 anos na escola. Em 1991, 71% das crianças negras estavam na escola, contra 86% das crianças brancas. Com esforço, com dedicação de governo e sem cotas, esse pessoal todo foi para a escola, então, hoje não existe mais essa diferença.

O senhor fala, agora, em investir em qualidade. O Instituto Ayrton Senna e outras entidades estão aí à mão para ajudar nessa qualidade. Será que investir na qualidade agora é atacar o ensino médio? O senhor não acha que,



se persistir nesse caminho, não será necessário criar cota racial para universidade? A universidade não vai estar aberta para todas as pessoas, quer dizer, vai entrar o pobre, seja ele negro ou pardo, branco ou o que for?

Presidente: Chico, não existe uma única porta para resolver esses problemas. Tem várias soluções. O Tarso Genro está trabalhando e já me mostrou o primeiro estudo para que a gente garanta o aumento de alunos no ensino técnico neste país, no ensino médio e para que a gente possa convencer as escolas públicas que quando a criança for fazer o segundo grau ela possa, concomitantemente, aprender uma profissão para que ela saia do colegial com uma formação na perspectiva de ter a chance de um trabalho.

Aí, eu falo da minha experiência de casa. Nenhum filho meu quis fazer cursos técnico, se dependesse de mim todos eles teriam ido para o Senai, como eu fui. Quando eles completam 18 anos e tiram o diploma do colegial, começam a falar: pai, eu quero trabalhar. Eu falo: o que você sabe fazer? Na verdade, ele não aprendeu nada, não tem uma profissão. Então, eu discuto com eles isso: vocês deveriam ter feito um curso técnico para que vocês pudessem depois trabalhar e custear a universidade de vocês.

Nós vamos assumir a responsabilidade que o governo tem de aumentar o número de vagas no ensino técnico e melhorar a qualidade. A segunda coisa que eu acho importante é que no ensino fundamental o desafio nosso não é mais colocar toda criança na escola, o desafio nosso agora é melhorar a qualidade e, sabe o ministro Tarso Genro, e sabia o ministro Cristovam que não tem nada mais barato e mais eficaz para nós do que envolver a sociedade. Aliás, eu digo sempre: a sociedade brasileira nunca esteve tão ávida a participar das coisas como está agora, ela precisa ser desafiada.

Eu estou dizendo para vocês que não teve um empresário ou entidade de empresários com quem conversei, até agora, para fazer alguma parceria com o governo que tivesse se recusado a fazer. Todos querem fazer e querem



contribuir. Todos, sem distinção.

Ao invés de ficarmos achando que apenas o Estado tem que fazer, nós temos que fazer parceria com a sociedade para melhorar o ensino fundamental e o ensino médio no nosso país. E tem o problema do ensino superior, que é um desafio. A reforma da universidade vai ser feita, e não pense que será um debate fácil no Brasil, porque sempre será um debate muito duro, com muito viés ideológico, com muitas visões sobre a questão da universidade.

A questão da cota. O Itamaraty tem uma experiência rica. O que o Itamaraty fez? O Itamaraty pegou um grupo de negros e os preparou para serem diplomatas, para entrarem no Instituto Rio Branco. Eu não sei se foram 20 e poucos mas, desses, apenas seis conseguiram passar. E os que não passaram tiveram uma qualificação, uma formação tão boa que melhorou a possibilidade deles arrumarem emprego em vários lugares do Brasil.

O que nós estamos trabalhando? Essa é uma coisa que é uma briga...

Jornalista: Melhorar a qualidade, desculpe, Presidente, no básico, no ensino médio, melhorar a qualidade para valer para todas as crianças, sejam elas negras ou brancas, isso não vai facilitar a vida de todo mundo depois? Sem a necessidade de estabelecer cotas, e....

Presidente: Vai, é isso que eu ia dizer agora. Você tem uma briga com relação às cotas que é uma coisa histórica, ideológica, uma discussão quase secular no Brasil, e você pode estabelecer as cotas. Agora, as cotas podem resolver parte do problema, mas não resolverá o problema que nós queremos resolver, que é dar oportunidade de todos participarem em igualdade de condições.

Um dos estudos que eu pedi para o ministro Tarso Genro e para o secretário-executivo dele fazerem para mim, era: qual a possibilidade que o governo federal tem de fazer parcerias com os governos estaduais para



quando o adolescente estiver no último ano do colégio e portanto, no último ano para terminar o segundo grau, a gente faça, em parceria com prefeituras, governos estaduais e governo federal, uma espécie de vestibular para testar o grau de conhecimento daquela turma.

Mediante o resultado disso, a gente iria criar salas especiais para que aqueles que estivessem mais despreparados fossem preparados no ano seguinte e pudessem, aí sim, disputar uma vaga na UNB, na USP, ou em qualquer outra universidade, em igualdade de condições. Eu acho que ficaria muito mais barato e, possivelmente, daria muito mais cidadania às pessoas do que garantir apenas a cota.

Agora, a cota é uma necessidade em função do acúmulo do debate que existe. Nós temos na companheira Nilcéa Freire, possivelmente, a pessoa mais experiente neste país que cuidou de cotas, porque ela implantou na Universidade Federal do Rio de Janeiro e levou um ano e meio para conseguir fazer porque tem lutas incomensuráveis contra e a favor para implantar um programa desse. Mas eu estou de acordo de que nós precisamos encontrar uma solução para a totalidade dos alunos. Se não se pode fazer em todos os estados, que se faça como experiência em alguns mais ricos como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás. Que se faça a experiência de garantir isso a uma criança pobre, ao terminar o colégio se ela não estiver preparada. Se nós sabemos que ela não pode pagar nenhum curso particular para fazer um cursinho de um ano, nós é que deveríamos dar a possibilidade de ela se preparar para o tão sonhado vestibular. Eu acho que pode ser muito mais eficaz e pode atender muito mais gente do que as cotas, com a vantagem da conquista do valor pessoal dela.

Depois que eu conversei com os alunos da Olimpíadas da Matemática, saí convencido de que matemática para mim sempre foi a coisa mais difícil do mundo, eu não sei se para vocês. Mas os professores me disseram: Presidente, matemática é que nem pegar a ponta do fio de um casulo, se você



pegou, não tem mais problema. Eles falaram que se a gente não cuidar dos educadores para ensinar matemática corretamente na sala de aula, as crianças sempre vão deixar de gostar de matemática.

Eu estou convencido disso, que nós temos coisas para fazer que não estão apenas dentro do orçamento, coisas fora da sociedade e fora do hábito convencional que se faz no Brasil há um século. Em toda reunião de ministério eu tenho chamado a atenção de que é preciso superar, muitas vezes, o pouco recurso que nós temos, com muita criatividade. Quem sabe, a gente possa muito mais.

Porta-voz: Sérgio Gabriel Lopes, do Jornal da Band.

Jornalista: Bom dia, Presidente. Há um estudo do IPEA que mostra que entre jovens de 15 a 24 anos, 12% vive em estado de extrema pobreza e, nesse grupo, 30% não estuda e 30% não trabalha, inclusive aqueles que já passaram dos 18 anos.

A minha pergunta é sobre primeiro emprego. O programa Primeiro Emprego foi uma das promessas da campanha eleitoral. O governo lançou o programa Primeiro Emprego, o próprio governo reconheceu que o Programa tinha problemas e prometeu reformá-lo. Eu queria saber do senhor: hoje, quantos empregos esse programa Primeiro Emprego gerou e se o senhor está satisfeito com os resultados dele?

Presidente: Primeiro, o programa Primeiro Emprego foi reformulado porque o primeiro projeto de lei que nós mandamos, em que resultou? Ele era tão exigente que os empresários disseram: não vou contratar com essas exigências todas. O que o ministro Ricardo Berzoini fez? Reformulou o projeto e mandou para o Congresso para ser votado. Eu, particularmente vou te dizer uma coisa: eu disse ao ministro Ricardo Berzoini que o primeiro emprego não



depende apenas do crescimento da economia.

Eu falei numa reunião aqui, com 22 empresários, que o primeiro emprego é muito mais do que uma lei, é um apelo de convencimento a determinados setores empresariais da necessidade de se contratar jovens. Ou seja, ele vai precisar de menos carro blindado, de menos doberman, de menos aço, de menos muros e de menos segurança para sua casa, se a gente garantir essa possibilidade do primeiro emprego.

Nós vamos combinar a aprovação da lei, que acaba com algumas exigências, porque o emprego é em caráter temporário, nós estamos garantindo, por exemplo, que tenha mais ou menos algumas obrigações não sejam pagas. O direito previdenciário estará garantido como está para o jovem que serve o Exército Brasileiro, aquele ano é contado como tempo para a aposentadoria e eu acho que nós vamos convencer os empresários a contratarem gente.

Se nós combinarmos a aprovação da lei com uma política de comunicação eficaz, realizando reuniões com entidades empresariais do comércio e da indústria, a possibilidade de termos sucesso é muito maior. Você está lembrado quando eu fui à Volkswagen receber o carro? Eles contrataram 600 jovens. Você está lembrado que o Abílio Diniz contratou outro tanto de jovens? É muito mais uma política de convencimento do que a determinação de uma lei, porque uma lei não pode obrigar, ninguém é obrigado a contratar se não tiver condições de fazer isso. Por que um jornal haveria de contratar um jornalista, se não está precisando de um jornalista? Por que haveria uma empresa de contratar um jovem, se não está precisando de um jovem, se não for o compromisso com o país, o compromisso social que possa ter esse empresário?

Jornalista: O senhor está decepcionado por que o Programa não está, ainda, andando na velocidade que o senhor imaginava?



Presidente: Eu não estou decepcionado, não. Aliás, um presidente não tem o direito de ficar decepcionado. As coisas acontecem na medida em que elas podem acontecer. Veja, faz um ano que nós mandamos a PPP para o Senado. A PPP era uma coisa que eu(...) para o Congresso Nacional. A PPP, todo mundo que conhece, sabe que é um grande instrumento para suprir a debilidade de investimento do Estado brasileiro. Então, com base nisso, eu imaginava: bom, como todo mundo é brasileiro, ama o Brasil, e todo mundo adora e quer que o Brasil cresça, a PPP vai ser votada logo. Não foi, porque tem disputa política, porque tem eleições este ano.

Quando nós mandamos uma lei mudando a questão da construção civil, para que o sistema financeiro brasileiro investisse na construção civil, que é um setor que gera emprego mais rápido, eu imaginei que aquilo seria votado em 50 dias. Não foi. E eu não tenho que ficar decepcionado, eu tenho que saber que democracia é isso. Democracia é o exercício constante da paciência, e eu tenho que tê-la.

Jornalista: Como é que está a paciência do senhor?

Porta-Voz: Está bem, muito bem.

Agora, eu estou numa fase... O Corinthians começou a ser recuperar, a economia começou a crescer. Vocês vão ter surpresas boas sobre a economia a cada dia que passa, porque nós queremos que o crescimento seja duradouro, nós não queremos inventar um crescimento para 1 ano, o crescimento tem que ser constante. E a nossa busca toda é fazer com que haja um ciclo novo, um ciclo longo de crescimento. Eu acho que as condições estão colocadas e, por isso, acho que parte dos problemas que nós estamos discutindo aqui fica mais fácil quando se tem recursos. Nós falamos sempre o seguinte: “em casa que não tem pão, todo mundo briga e ninguém tem razão”. Todo mundo aprendeu isso desde criança e no governo também é assim.



Vocês sabem que os estados estão quase todos numa situação econômica muito difícil, as prefeituras estão. A capacidade de investimento do estado diminui, então, nós precisamos recuperá-la de outro jeito. Eu estou, por exemplo, há um ano e meio, tentando atrair fundos de pensão de outros países, sobretudo da Alemanha, Estados Unidos, para investirem no Brasil, em parceria com os nossos fundos de pensão. Não é uma coisa simples. Eu sou amigo de vários dos dirigentes dos fundos de pensão lá fora, como sou amigo dos daqui, porque eu os conheci como dirigentes sindicais. Mas entre a gente ser amigo e convencê-los a pegar 2, 3 bilhões e colocar aqui dentro... Eles, obviamente, querem garantias, afinal de contas, eles não podem ter prejuízo. Então, você não pode exigir que eles dêem um passo maior do que podem dar. É por isso que estou otimista, eu não vejo porque a gente não acreditar que as coisas vão acontecer da melhor forma possível. As melhores pessoas estão ocupando os cargos que vão colocar em prática as coisas, e se não fizermos mais, é porque não foi possível fazer mais.

Jornalista: Só para terminar, desculpe, o Primeiro Emprego, então, sai até o final deste ano?

Presidente: Eu espero. É importante lembrar o seguinte: tem várias propostas de Primeiro Emprego, tem a proposta do trabalho comunitário que está embutida neste documento, aqui, não sei se vocês leram este documento, mas se não leram, eu acharia importante vocês lerem, porque é o mais profundo sobre a questão da juventude no Brasil. Tem mais quatro volumes, isso aqui é apenas uma amostra grátis. É uma pesquisa de uma profundidade que jamais foi feita no Brasil.

Então, nós temos várias ações para gerar empregos, uma delas vai começar agora, em agosto. Tem o Trabalho Solidário, tem o Trabalho Comunitário, mas uma que vai ser volumosa, porque vai começar com 30 mil



jovens, em agosto, será o chamamento de 30 mil novos recrutas que não estavam previstos para o serviço militar. Eu estou muito otimista, porque não é apenas servir, é aprender noções de cidadania. Vamos ver o resultado.

Porta-Voz: Eliane Cantanhêde, da Folha de S.Paulo.

Jornalista: Bom dia, Presidente.

Presidente: Bom dia, Eliane.

Jornalista: A manchete da Folha de hoje diz que o governo retém as verbas dos projetos prioritários, dos 340 programas. As verbas até junho, ou seja, até 7 de julho, em metade do ano, só 39% das verbas foram usadas, inclusive no caso do Primeiro Emprego. Foram usados só 0,2% dos recursos previstos.

O nosso tema aqui, hoje, nessa manhã, é o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, só foram usados 33% dos recursos. Na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, 13%; no Brasil escolarizado, menos de 24%, 23,9%; na educação na primeira infância, 27,7%; na escola básica ideal, 8%; na valorização e formação de professores e trabalhadores da educação, 17,6%. São todos dados do SIAFI e são, portanto, dados oficiais.

Eu lhe pergunto, Presidente, todo mundo questiona se esses recursos não são usados por falta de capacidade administrativa, por ineficiência ou porque está se juntando dinheiro para o ajuste fiscal. Quando o senhor diz que na semana que vem o senhor vai fazer uma reunião dos ministros para dar um choque e o senhor diz...

Presidente: A palavra choque não é minha.



Jornalista: É, o senhor usou duas vezes a palavra “choque”.

Presidente: Choque, não.

Jornalista: Está gravado, Presidente, o senhor disse aqui, olha: “vamos dar um choque”, alguém me ajuda aí a achar a palavra “choque”?

Presidente: Eu não estou me lembrando...

Jornalista: Não, mas o senhor falou...

Presidente: Se falei, está dito. Eu não me lembro que falei mas, se eu falei, também não sou obrigado...

Jornalista: “decretar uma guerra, é mais do que choque”. Mas, enfim, o senhor estava reunindo....

Presidente: Então, não tem a palavra “choque”.

Jornalista: Está bem. OK. Decretará uma guerra. Mas enfim, o senhor está dizendo, um ano e meio depois, que o senhor vai reunir os seus ministros da área social para decretar uma guerra e o senhor diz: não adianta ficar fazendo esse monte de projeto pingado em cada ministério, se você não tem um carro-chefe. Presidente, isso é uma auto-crítica? O senhor está concordando com as pessoas de que há falta de gestão? Ou que está se desperdiçando em programas dispersos que não tenham uma linha mestra?

Presidente: Não. Eliane, eu disse aqui que nós temos, ao todo são 44 ações de governo sobre a juventude que estão espalhadas por todos os ministérios.



O que nós queremos é juntar tudo isso numa só e você não acharia que nós tomaríamos posse no dia 1º de janeiro e, em março, já teríamos o domínio da complexidade dessas políticas todas. Primeiro, leva um tempo para que cada ministro saiba efetivamente como é que está andando essa política no seu ministério. Nós levamos um tempo para descobrir que não tinha cadastro neste país para a política de distribuição, de transferência de renda, no Vale Gás, no Bolsa Escola, ou seja, que não tinha o controle das pessoas que recebiam isso. Essa não é uma tarefa simples que você pensa e você faz.

O que eu estou achando é que, apesar de todas as políticas que o Nilmário Miranda apresentou para vocês e que já foram feitas, vocês percebem que por mais que façamos, é preciso fazer muito mais para a gente resgatar a dívida acumulada no nosso país. Possivelmente, um dia, seja necessário fazer uma reunião, uma entrevista como esta para detalhar o acúmulo de dívida, com os vários setores que o país acumulou, e não é do governo Fernando Henrique Cardoso, não é do governo Itamar. São dívidas de 20 anos, de 25 anos que se acumularam ao longo da história deste país, até porque cada um quer cumprir só o seu mandato, vai embora e vai deixando as coisas para lá.

O que nós queremos fazer? Eu disse ontem e isso faz parte da minha vida, que é o seguinte: se tem uma coisa sólida que você tem que deixar para a sociedade brasileira, depois de um mandato de 4 anos, é o padrão de relação que você estabelece entre a sociedade e o Estado, entre o governo e a sociedade, com coisas fortes, que você possa agilizar recursos, diminuir custos e ter mais dinheiro para fazer os investimentos.

O Bolsa Família é o exemplo mais vivo, nós chegaremos agora em dezembro a 6,5 milhões de famílias, chegaremos em dezembro de 2005 a 8 milhões e 700 mil famílias, e chegaremos em dezembro de 2006 atendendo à totalidade das pessoas que estão abaixo da linha de pobreza.

Deus queira que nesse crescimento da economia a gente nem precise chegar aos 11 milhões e, com isso, nós triplicamos os recursos. Se você



perceber, nós saímos de 2 bilhões e 400 milhões para 6,5 bilhões que vamos gastar até o final do ano com políticas. É algo como 3 vezes mais, com cadastro. Diminuímos a conta do dinheiro da Caixa Econômica, que cobrava muito para repassar o dinheiro. Nós fizemos o que foi possível fazer até agora. Eu não posso, Eliane, discutir contigo os números do SIAFI. De vez em quando, eu vejo uma manchete no jornal, chamo o Guido aqui e digo: Guido, o que está acontecendo? Estão dizendo que nós gastamos só 10%? O Guido me mostra que não é verdade e manda uma carta para o jornal.

Então, eu acho o seguinte, Eliane, com base em todos os dados que você deu, eu vou chamar o Guido e vou pedir para ele preparar para você, ainda hoje, uma resposta para todos os números que você deu.

Porque veja uma coisa: fui para uma reunião no Ministério, peguei quase 1 bilhão de reais em 200 pequenos projetos, ou seja, quando você prevê 5 milhões de reais para uma determinada coisa, aquilo necessariamente não tem que ser feito em janeiro, em março ou abril, pode ser feito em setembro. O dado concreto é que não tem um único número que nós não gastamos mais do que qualquer governo, no mesmo prazo. Se você pegar o gasto orçamentário do governo federal, mesmo em 2003 que foi o pior ano nosso, porque era o primeiro, nós gastamos 2% a mais do que o último ano do governo passado, que deveria ser o melhor, por ser o último ano.

Se você pegar este ano, nós, até o mês de junho, gastamos mais, aplicamos mais, contratamos mais e pagamos mais do que o governo anterior e do que o ano passado. Pode ter dentro da discriminação de vários programas, pode ter programa que não gastou um centavo ainda e que vai gastar no mês que vem, vai gastar em setembro, vai gastar em outubro. Mas é assim que acontece na minha casa, eu não gasto o meu dinheiro no dia em que eu recebo. Você gasta, Chico? Lógico, você vai gastando com o tempo.

Jornalista: O senhor falou, agora: “gastando com o tempo”. Mas se o senhor



deixar para comprar comida só em setembro, vai morrer de fome.

Presidente: Se você der a relação, eu vou pedir para o Guido, antes de você escrever, te mandar isso por escrito.

Jornalista: Está ótimo. Obrigada.

Porta-Voz: A última pergunta é do jornalista Heródoto Barbeiro, da Rádio CBN.

Jornalista: Presidente, bom dia.

Jornalista: Bom dia, Heródoto.

Jornalista: Presidente, o senhor tocou rapidamente no tema e eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais a respeito dele.

Eu, recentemente, fiz várias entrevistas e ouvi a expressão “engessamento do orçamento público” e a responsabilidade por esse engessamento seria daquilo que a Constituição manda os governos gastarem com a Educação e com a Saúde. Cheguei até a ler editorial de jornal a respeito da mesma questão do engessamento citar até a equipe econômica do senhor. Conversei também com uma equipe econômica do governo estadual de São Paulo e me surpreendeu também que eles sejam favoráveis a esse fim do engessamento. Para isso, obviamente, precisaria de uma mudança constitucional.

Eu gostaria de perguntar ao senhor se existe no governo algum movimento, se existe no governo alguma discussão para desobrigar o estado ou município ou haver qualquer mudança constitucional para que não houvesse verbas já delimitadas à Educação e à Saúde?



Presidente: Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia de onde, também, você não pode tirar dinheiro.

Ontem, eu pedi para o André passar uma nota para a Imprensa dizendo que não existe no governo essa discussão e que, até o final do meu mandato, isso não será discutido, só para matar essa conversa. Obviamente que, como o governo é muito grande, você pode ter outra pessoa sonhando com isso.

Eu acho que o nosso problema na educação não é tirar o compromisso do engessamento com o PIB que tem hoje o dinheiro da Educação e da Saúde. O que eu acho é que nós precisamos acompanhar melhor a transferência de recursos que nós fazemos para as cidades, porque o Ministério da Saúde é um grande repassador de recursos para estados, para cidades, para entidades filantrópicas e o poder de fiscalização do governo é muito pequeno.

Quando nós combinamos com o nosso ministro Valdir Pires, da Controladoria Geral da União, para que a gente começasse a fazer um acompanhamento do dinheiro federal, ou seja, se eu mando um dinheiro para um município, ele é utilizado totalmente para a finalidade que foi para lá? Esse é o acompanhamento que nós temos que fazer, sem o objetivo de fazer denúncia. O objetivo é, se tiver um erro administrativo, corrigir; mas se não tiver erro administrativo, tiver má fé, mandar para o Ministério Público. Mas o nosso ideal é tentar corrigir, porque é assim, nós mandamos muito dinheiro. Tem cidade em que 80% ou 90% do dinheiro da Saúde gasto lá é dinheiro repassado pelo governo federal e, muitas vezes, nós não temos controle disso. Mas não vai haver desvinculação, em hipótese alguma, podem ficar certos. Quando você ler um editorial – eu sei que um jornal publicou um editorial, aliás favorável que faça mudança – não se preocupe que nós não vamos fazer.

Jornalista: Surpreende o senhor que governos estaduais sejam favoráveis ao que eles estão chamando de engessamento?



Presidente: Olha, Heródoto, você sabe que eu não me arrependo não, mas eu penso que todo governo novo deveria ao tomar posse, nos três primeiros meses, fazer uma auditoria sobre como ele herdou – não para fazer denúncia, apenas para registrar, protocolar aquilo em algum lugar e guardar no Tribunal de Contas ou alguma coisa – porque a verdade é que o dinheiro é gasto, muitas vezes, de forma incontrolável pelo órgão.

Por exemplo, quando nós fazemos contrato de saneamento básico, Heródoto, só para você ter uma idéia, entre 11 de dezembro do ano passado e junho agora, nós contratamos 4 bilhões e 600 milhões de saneamento básico e isso é 14 vezes mais do que tudo que foi contratado de 1999 a 2002. Fizemos contratos com vários estados e com 329 municípios. Agora, nós fazemos o contrato, o dinheiro está disponibilizado e, muitas vezes, o prefeito não usa.

Eu pedi para a Caixa Econômica normatizar isso para que, se num determinado tempo a cidade não utilizar, transfira para outra cidade que muitas vezes precisa, que está com um projeto executivo pronto; e não tem como fazer diferente porque as cidades entram numa fila, você não pode passar a cidade do Heródoto na frente da cidade da Eliane Cantanhêde; se ela entrou na frente, ela é que tem direito, não é você; e, às vezes, você tem mais condição de fazer a obra do que ela.

Mas a transferência de dinheiro é uma coisa que nós fazemos muito, em todas as áreas, e nós precisamos garantir que não haja mudança na Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia. Alguns estados, obviamente, querem acabar com esse engessamento porque certamente têm outras prioridades.

Como eu acho que a questão da Saúde é uma coisa sempre prioritária no Brasil, sobretudo quando você começa a fazer saúde preventiva, porque fica mais barato evitar que a pessoa fique doente do que curá-la depois que ela fica doente. Eu acredito nisso e estamos investindo nisso. Se a gente for tirar a responsabilidade com o PIB – nós estamos comprometidos a fazer 400 centros de saúde bucal no país, nós estamos comprometidos a fazer 300



farmácias populares no país – se daqui a pouco começar a tirar dinheiro para outra coisa, a gente termina não fazendo.

O que nós precisamos é convencer os amigos da Saúde que dinheiro gasto com saneamento básico faz parte da Saúde, porque quando você leva água tratada e trata o esgoto, você está tratando da saúde das pessoas. Muitas vezes, eles não pensam assim, então, isso é uma disputa que vai perpassar muitos e muitos governos no Brasil, até que haja essa compreensão.

Porta-voz: Muito obrigado então. Foram duas horas de entrevista, eu queria agradecer ao Presidente da República e ao ministro Nilmário Miranda pelo tempo que foi dado a esta conversa e, em nome da Presidência da República, novamente agradecer a presença dos “Jornalistas Amigos da Criança”.

Presidente: Nilmário, antes de ir embora, deixe-me dizer só uma coisa para vocês. Eu pensei que vocês iam perguntar e não perguntaram, então eu vou me perguntar e vou responder.

Primeiro, é muito importante que o Brasil tenha um grupo de jornalistas compromissados com a questão da criança e do adolescente no Brasil e, por isso mesmo, nós temos que tomar muito cuidado com o que, muitas vezes, saem nos meios de comunicação sobre a questão da criança e do adolescente. Tem poucos programas educativos.

Eu já conversei com o nosso companheiro Eugênio Bucci para que na TV Educativa a gente crie vários programas para ajudar, por exemplo, o jovem, porque um desafio que nós temos hoje é que 2 milhões de jovens desistiram da escola; então, é preciso convencê-los a voltar para a escola, e isso é mais difícil do que colocar um novo na escola, porque ele já saiu por alguma razão; e eu acho que nós temos que utilizar os meios de comunicação, as televisões, as rádios, em parceria para que a gente tenha uma mensagem muito positiva para esse jovem.



A iniciativa privada vai começar – era uma coisa que nós íamos fazer pelo governo mas achamos que não é o governo que tem que fazer – uma campanha de auto-estima, uma campanha para tentar mostrar exemplos bem-sucedidos, para que essas crianças tenham referências positivas.

Eu não sei se vocês já perceberam que o Brasil é um país que não tem herói. Todo país do mundo em que eu chego, eu tenho que ir ao túmulo do herói e colocar flores, o Brasil não tem. Vocês perceberam, nós não temos. É muito difícil um país viver sem ter referências históricas. Então, nós precisamos trabalhar isso com muito carinho, porque eu acho que a questão da juventude brasileira é uma questão mais séria.

Eu estava na minha casa, esses dias, com 16 crianças, 16 adolescentes, todos amigos do meu filho. Não é apenas com crianças pobres não, a gente percebe que mesmo em setores médios há perda de valores, você percebe que os assuntos que você discute com a juventude... eles conhecem muito pouco de coisas que já deveriam estar conhecendo, é isso. A culpa é deles? Não. A culpa está dentro de casa, porque sempre falta alguma coisa que a gente faça.

Nós, no Brasil, nos acostumamos a falar: não está; tem que fazer; ou muitas vezes nós falamos: foi o vizinho, foi na escola, foram os amigos. Nós nunca achamos e nunca reparamos o que nós deixamos de fazer. Quantas vezes nós conversamos com nossos filhos, quantas vezes nós brincamos com eles, quantas vezes nós os convidamos para fazer alguma coisa que eles gostem de fazer, não o que a gente quer que eles gostem? Quantas vezes nós proibimos de fazer as coisas? Quantas vezes, de forma irresponsável, um pai deixa um filho de 16 anos se sentar numa moto e sair correndo à toda e, depois que morre, não sabe porque morreu?

Eu tenho conversado muito com essa molecada, esses dias, e percebo que há um vazio. Há muito mais informações, estão todos mais espertos no computador, todos mexem na Internet, viajam, dia e noite, vão dormir às 4



horas da manhã, que é uma coisa extraordinária, mas eu acho que está faltando uma discussão “pão-pão queijo-queijo”, pai, mãe e filho, está faltando mais coisas entre eles mesmos. No nosso tempo, eu não sou de geração tão velha assim, nós tínhamos, eu acho que era mais...

Isso resulta num desbloqueio e numa desmotivação do adolescente brasileiro, por isso é que nós queremos uma campanha de auto-estima, que é para ver se a gente consegue falar: eu posso, eu devo tentar pegar o que tem de exemplos bons no mundo.

Por último eu queria fazer *merchandising*, Chico. Se você não viu ainda, Heródoto, o filme do Pelé, vá ver. Vá ver porque depois de ver o filme do Pelé, tudo mais em futebol é secundário.

Jornalista: Mesmo sendo corintiano?

Presidente: É impressionante. Depois de ver o filme cheguei à conclusão que o Pelé fez jus realmente a todos os títulos que lhe deram, não no futebol, mas como atleta. É realmente um ser especial. Eu como corintiano, assisti... eu tive uma relação com o Pelé engraçada, acho que todos nós que não éramos santistas íamos ver o jogo do Santos, porque gostávamos do espetáculo, mas quando o Santos jogava com o Corinthians era uma mistura de admiração e bronca, porque sempre massacrava o Corinthians, foram 11 anos em que a gente não conseguiu ganhar do Santos.

Mas eu aconselho vocês a não perderem o espetáculo. Eu vou mandar um DVD para cada presidente da América do Sul.

Jornalista: O Kirchner vai gostar muito, não é, Presidente?

Presidente: Se ele não gostar... eu ganhei um do Maradona, também. Assisti, o Maradona foi muito bom de bola, também. Agora, o problema é o seguinte:



você tem um cara que era bom com a perna esquerda, você tinha um outro que era bom com a perna direita, você tinha um outro que não era bom com nenhuma perna, mas era bom de cabeça. O Pelé é a síntese de todos eles.

Vejam uma coisa, eu pensava que eu conhecia o Pelé. Eu não sabia que o Pelé marcava a quantidade de gols de falta que ele marcou. Então, a gente conhece o Marcelinho, porque marca gol de falta; o Neto; porque marca gol de falta. O Pelé marcou muito mais do que eles, com a perna esquerda, com a perna direita.

Jornalista: O Pelé vai ser um desses heróis aí?

Presidente: Ele mandou uma carta para mim dizendo que o que ele falou foi normal, mas falar o normal, hoje, para algumas pessoas, significa... O que ele disse é que tem coisas para fazer, mas isso eu digo todo dia. Ficou muito chateado, mandou uma carta para mim, ontem. Mas o Pelé está disposto a contribuir com todas as políticas que possam ajudar a questão de criança, a questão dos adolescentes. E nós vamos tentar utilizá-lo, como também outros companheiros famosos que possam fazer, mexer com a cabeça das pessoas.

Jornalista: Depois de ver o filme, o que o Rei ensina para o Presidente?

Jornalista: Paciência.

Presidente: Primeiro, paciência ele tinha demais, porque tomar a quantidade de bordoadas que ele tomava e não reagir, era muito importante.

Segundo, um ponto importante é que é preciso ver o conjunto da obra. Esse é o dado. Eu confesso a vocês que eu não conhecia várias coisas importantes que o Pelé fez. Se eu pudesse trazer isso para a política, eu traria. De vez em quando eu fico olhando, as pessoas, na verdade, querem que a



gente tenha feito em 1 ano e 6 meses o que não foi feito em 40, 50 anos no Brasil. E cobram com veemência. Alguns, até azedos.

Então, se você não tiver paciência... As pessoas têm que esperar para ver o conjunto da obra. E aí, quem sabe, eu seja merecedor do mesmo discurso que eu estou fazendo aqui em defesa do Pelé.